



MÉTODO ENGENHARIA S.A.

CNPJ 43.710.946/0001-54

Construímos o futuro.

ISO 14001

BUREAU VERITAS

Certification



OHSAS 18001

BUREAU VERITAS

Certification



ISO 9001

BUREAU VERITAS

Certification



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Contexto
A Método Engenharia completa neste ano 41 anos de experiência no setor de engenharia e construção, contando com um acervo de centenas de projetos executados, sempre se destacando por inovação e qualidade dos serviços prestados. Atuamos no segmento de edificações, com engenharia e construção de prédios comerciais e logísticos, hotéis, hospitais, shopping centers, data centers, entre outros; e no segmento industrial, através da subsidiária Potencial Engenharia S/A, com forte presença no setor de óleo e gás, também atuamos nos setores químico, metais e mineração. O ano de 2013 foi de crescimento recorde para a Método. A receita equivalente consolidada evoluiu de R\$ 777 milhões em 2012 para R\$ 1.507 milhões em 2013, um crescimento de 94% no período. O fôco comercial e investimentos em diferenciação foram determinantes para atingirmos o maior nível histórico da carteira de contratos a executar. Encerramos 2013 com R\$ 2.003 milhões em carteira de contratos a executar, sendo R\$ 1.196 milhões no segmento de edificações e R\$ 807 milhões no segmento industrial. A Método busca fornecer a melhor solução integrada de engenharia e construção. No segmento de edificações, fechamos novos e importantes contratos de construção de prédios comerciais, hotéis e shopping centers. Nossa diferenciação é reforçada por foco na atividade de pré-construção, onde aplicamos a engenharia de valor e adequamos o custo/benefício dos projetos para melhor atender as necessidades de nossos clientes. Ampliamos também nossa atuação em gerenciamento de obras rápidas através da Método Fast, que também está capacitada para atuar em todos os estados do Brasil. No segmento industrial, temos uma experiência acumulada de 26 anos através de nossa subsidiária Potencial Engenharia. No ano de 2013, mantivemos nossa forte posição nas áreas de manutenção de rotina e paradas e expandimos nossa atuação na área de contratos de EPC (Engineering, Procurement and Construction). Temos trabalhos em andamento em todo território nacional. Merece destaque a execução do contrato de fornecimento de bens, prestação de serviços de desmontagem e

adequação de instalações no Núcleo Santiago (BA); transferência de instalações e transporte de equipamentos, serviços de condicionamento, construção, montagem e operação assistida para implantação da UFGN-4 na Estação Polo Arara, Província Petrobrás do Rio Urucu, em Coari, no Amazonas. Concluímos em 2013, a obra de manutenção off-shore, na Bacia de Camamu, no Campo de Manatá. Estas obras abriram caminho para novas contratações de serviços de manutenção em 2014 na Bacia de Santos, nos Campos de Mexilhões e Merluza. Confirmando a excelência da Potencial na área de manutenção industrial, fomos eleita a empresa "Hors Concours" no Programa de Parceria Resposta em Qualidade na Petrobras, categoria melhor empresa de manutenção em obras de grande porte. Seguimos investindo e evoluindo em qualidade e segurança. Motivo pelo qual atingimos pontuações cada vez mais altas nas avaliações de nossos clientes. Estamos otimistas com as perspectivas da retomada de investimentos no Brasil nos próximos anos. Considerando a tradição e experiência da nossa operação, bem como o posicionamento estratégico consolidado nos anos recentes, temos muitos desafios à nossa frente e a futuro ainda mais promissora. Para continuar crescendo, nossas prioridades de investimentos são claras: (1) contínua capacitação técnica e treinamento de nossos profissionais nas áreas de engenharia, produção e gestão de projetos; (2) inovação tecnológica na integração de projetos, engenharia de valor, sistemas de gestão e novos sistemas construtivos e (3) superação em qualidade, segurança e meio ambiente, confirmada pela triplíce re-certificação (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001) de todas as nossas obras e processos, com inúmeros projetos certificados LEED/Acqua.

Agradecimentos
A administração agradece a fidelidade e confiança de nossos clientes, parceiros, fornecedores e financiadores; em especial, agradecemos a todos os nossos colaboradores, pela dedicação e competência demonstradas neste ano de trabalho.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (REAPRESENTADO) (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	18 a	199.303	140.647	785.049
Custo dos serviços prestados e imóveis vendidos	18 b	(129.185)	(93.034)	(668.880)
Lucro bruto		70.118	47.612	116.168
Despesas e receitas operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	7	9.352	(2.457)	369
Despesas gerais e administrativas	18 c	(40.532)	(24.359)	(66.277)
Provisões operacionais líquidas	-	(1.652)	(1.202)	(1.652)
Resultado líquido com precatórios	18 e	-	-	-
Resultado na venda de investimentos permanentes	-	(1.568)	2.152	(1.568)
Participação nos lucros e resultados (PLR)	-	23	80	50
Outras receitas/despesas operacionais	-	(35.739)	(30.895)	(46.439)
Lucros antes dos resultados financeiros		35.739	30.895	46.439
Resultado financeiro, líquido	18 d	(2.776)	(1.171)	(8.553)
Lucros antes imposto renda e contribuição social		32.963	26.724	37.886
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(8.504)	(4.364)	(18.243)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19 b	(164)	(5.617)	7.043
Lucro líquido do exercício antes da participação de não controladores		24.295	16.743	26.687
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas não controladores	-	-	-	(2.391)
Acionistas controladores	-	24.295	16.743	24.295
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações (em Reais)		30,21	20,82	16,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (REAPRESENTADO) (Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		32.963	26.724	37.886
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações		1.143	1.083	2.312
Constituição de provisões operacionais		1.652	1.198	1.320
Resultado de equivalência patrimonial/passivo a descoberto		(9.352)	(2.457)	(369)
Resultado na venda de investimentos permanentes		(40)	2.151	-
Resultado na venda de ativo imobilizado		108	(80)	1.228
Despesas financeiras		1.349	(17)	3.593
Participação de não controladores no resultado		-	-	(2.391)
Atualização líquido com precatórios		-	(10.921)	(10.921)
Provisão impostos diferidos		(164)	(5.617)	7.043
Participação nos lucros e resultados		-	(1.853)	-
Decréscimo/acrecento em ativos		(13.699)	(4.471)	(38.021)
Contas a receber de clientes		-	-	(43.584)
Imóveis destinados a venda		-	-	(7.476)
Adiantamentos a fornecedores		(287)	(198)	(3.539)
Outros créditos		(1.827)	2.223	(13.061)
Tributos diferidos		164	5.617	(3.671)
Decréscimo/acrecento em passivos		3.911	453	50.142
Fornecedores		2.265	(1.028)	8.657
Obrigações trabalhistas e tributárias		3.919	5.839	26.358
Adiantamentos de clientes		195	(15)	678
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		(364)	(9.232)	(8.577)
Outros passivos		14.710	4.319	15.900
Tributos diferidos		-	-	(3.109)
Caixa proveniente das/aplicado nas operações		36.646	13.718	45.797
Imposto de renda e contribuição social - pagos		(8.504)	(4.111)	(18.243)
Caixa líquido proveniente das/aplicado nas atividades operacionais		28.142	12.307	27.554
Das atividades de investimento				
Adições aos investimentos		(15.916)	(3.541)	(340)
Dividendos recebidos		-	705	-
Adições de imobilizado e intangível		(2.846)	(1.068)	(7.311)
Baixa imobilizado		-	154	(6.095)
Proveniente das/aplicado nas atividades de investimento		(18.762)	(3.750)	(7.651)
Das atividades de financiamento				
Captação/(amortização) de empréstimos e financiamentos e juros pagos		(1.560)	(16.034)	17.666
Dividendos pagos		(6.000)	-	6.000
Partes relacionadas		(195)	3.124	10
Variação na participação de não controladores		-	-	(4.160)
Proveniente das atividades de financiamento		(7.755)	(12.910)	7.516
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.626	(4.353)	27.420
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período		9.089	13.442	16.568
No final do período		10.714	9.089	43.988
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.626	(4.353)	27.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (REAPRESENTADO) (Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO				
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	3	10.714	9.089	43.988
Contas a receber de clientes	4.1	31.078	19.656	146.603
Imóveis destinados a venda	5	949	949	11.951
Adiantamentos a fornecedores	-	843	555	40.207
Outros créditos	6	2.973	1.147	41.904
Total do ativo circulante		46.557	31.396	284.653
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes	4.2	84.194	81.917	84.194
Partes relacionadas	8	6.563	6.358	30
Impostos diferidos ativos	19	10.216	10.380	14.986
Outros créditos	6	1.275	1.275	1.681
Investimentos	9	83.525	67.203	11.478
Imobilizado líquido	9	4.578	3.077	10.311
Intangível	10	1.355	1.261	32.843
Total do ativo não circulante		191.697	171.471	155.503
Total do ativo		238.254	202.867	440.156
Passivo e Patrimônio Líquido				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	7.359	8.938	32.785
Contas a pagar decorrente de aquisição de ações	12	3.073	9.585	3.073
Fornecedores	-	9.795	5.884	66.639
Obrigações trabalhistas	14	10.371	8.760	30.352
Obrigações tributárias	15	5.092	4.629	10.879
Adiantamentos de clientes	16	24.307	16.900	59.810
Outros passivos financeiros circulantes	-	14.511	5.153	22.265
Total do passivo circulante		74.509	59.848	225.803
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	8.720	7.352	38.977
Contas a pagar decorrente de aquisição de ações	12	6.147	-	6.147
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	13	1.681	1.485	4.222
Provisão de passivo a descoberto de investidas	7	6.766	7.177	4.022
Obrigações tributárias e outros	15	12.467	12.277	16.944
Adiantamentos de clientes	16	-	3.488	-
Impostos diferidos	19	-	-	3.109
Total do passivo não circulante		35.781	31.773	66.692
Patrimônio líquido				
Capital social	17 a	40.255	40.255	40.255
Reserva de capital	-	19.543	21.120	19.543
Reserva de lucros	-	68.157	49.871	68.157
Participações de não controladores	-	127.964	111.246	111.246
Total do passivo e patrimônio líquido		238.254	202.867	440.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (REAPRESENTADO) (Em milhares de Reais)

Notas	Reservas de lucros		Patrimônio líquido		Participação de não controladores		Patrimônio líquido total	
	Reserva legal	de retenção de lucros	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)								
Capital social			40.255	40.255	-	-	40.255	40.255
Reserva de capital			21.120	21.120	-	-	21.120	21.120
Reserva legal			1.923	1.923	31.205	31.205	33.128	33.128
Reserva de retenção de lucros			16.743	16.743	94.503	94.503	111.246	111.246
Participação de não controladores			-	-	16.743	16.743	33.128	33.128
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)								
Capital social			40.255	40.255	-	-	40.255	40.255
Reserva de capital			21.120	21.120	-	-	21.120	21.120
Reserva legal			1.923	1.923	47.948	47.948	49.871	49.871
Reserva de retenção de lucros			16.743	16.743	24.295	24.295	40.539	40.539
Participação de não controladores			-	-	(6.000)	(6.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013								
Capital social			40.255	40.255	-	-	40.255	40.255
Reserva de capital			21.120	21.120	-	-	21.120	21.120
Reserva legal			1.923	1.923	47.948	47.948	49.871	49.871
Reserva de retenção de lucros			16.743	16.743	24.295	24.295	40.539	40.539
Participação de não controladores			-	-	(6.000)	(6.000)	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido								
Capital social			40.255	40.255	-	-	40.255	40.255
Reserva de capital			21.120	21.120	-	-	21.120	21.120
Reserva legal			1.923	1.923	66.243	66.243	72.166	72.166
Reserva de retenção de lucros			16.743	16.743	127.964	127.964	144.728	144.728
Participação de não controladores			-	-	(6.000)	(6.000)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Método Engenharia S/A (Companhia), constituída como uma "Companhia Anônima", domiciliada no Brasil, com sua sede social localizada na Praça Prof. José Lannes, nº 40 - 1ª andar - São Paulo - SP, tem como objetivo o desenvolvimento e a gestão de projetos e serviços de engenharia e construção.
Por meio de subsidiárias, atua nos mercados mencionados na Nota Explicativa nº 2.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis
2.1. Base de apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto na legislação societária brasileira. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos, nas demonstrações separadas da controladora, pelo seu valor justo ou pelo custo.
A Administração da Companhia aprovou as demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 09 de maio de 2014.

2.2. Base para consolidação das demonstrações contábeis
Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos e passivos intercompartilhados foram eliminados e a participação dos acionistas não controladores foi consignada em conta específica do patrimônio líquido.
As demonstrações contábeis da controlada International Engineering S.A. (Chile) foram ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e os seus ativos, passivos e resultado do exercício foram convertidos pela taxa do real corrente, do respectivo país, na data das demonstrações contábeis consolidadas. Como esta controlada é considerada uma extensão das atividades da Companhia, a variação cambial do patrimônio líquido foi contabilizada como equivalência patrimonial, no resultado do exercício, conforme premissas do CPC 02.
As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão em consonância com o pronunciamento contábil CPC 19 (R2) (IFRS 11) "Negócios em conjunto" que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2013 e eliminou a consolidação proporcional e incluiu a definição de "Operação em conjunto" e "Empreendimento controlado em conjunto" e houve a implementação do pronunciamento contábil CPC 36 (R3) que alterou o conceito de controle e introduziu novos conceitos, como os relativos a "Poder" e "Retornos". De acordo com as práticas contábeis as demonstrações consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis das investidas que a Companhia possui o controle, e as demais empresas investidas, que a Companhia não possui o controle ou "Operação em conjunto" ou Empreendimento controlado em conjunto, estão valorizados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), conforme empresas abaixo, por segmento de atuação:

Empresa identificada por área de negócio	Nº de ações/quotas	Participação	% - Percentual	Consolidação
Método Engenharia e Construção Ltda.	39.593.804	99,99%	-	Integral
International Engineering S.A.	2.997	99,99%	-	Integral
Potencial Engenharia S.A.	-	-	-	-
(aquisição de ações em 30/12/09 e 24/06/2013)	6.472.631	67,3334%	-	Integral
Construtora GMO Ltda.	30.000	33,33%	-	MEP
MCC Engenharia Ltda.	30.000	33,33%	-	MEP
Operação de parques aquáticos				
Empresa identificada por área de negócio	Nº de ações/quotas	Participação	% - Percentual	Consolidação
Wet'n Wild Método Operadora de Parques Aquáticos Ltda.	512.256	50,00%	-	MEP
Serra Azul Fundo de Investimento em Participações (aquisição de ações da Serra Azul Water Park S.A. em 02/10/2009 e 13/11/2009)	8.587.673,16	46,5793%	-	MEP
Infraestrutura para telecomunicações				
Empresa identificada por área de negócio	Nº de ações/quotas	Participação	% - Percentual	Consolidação
Método Tecnologia Ltda.	7.987.041	99,99%	-	Integral

2.3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis
2.3.1. Reapresentação dos saldos iniciais por mudança de políticas contábeis
Em conformidade com a norma de contabilidade CPC 23 "Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro" (IAS 8), a Companhia está representando o saldo de abertura para fins de comparabilidade das demonstrações contábeis decorrente da mudança de políticas contábeis com a implementação do pronunciamento contábil CPC 19 (R2) (IFRS 11) "Negócios em conjunto" que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2013 e eliminou a consolidação proporcional e incluiu a definição de "Operação em conjunto" e "Empreendimento controlado em conjunto" e houve a implementação do pronunciamento contábil CPC 36 (R3) que alterou o conceito de controle e introduziu novos conceitos, como os relativos a "Poder" e "Retornos".
Anteriormente a reapresentação dos saldos iniciais a Companhia efetuou a consolidação proporcional das empresas MCC Engenharia Ltda. (33,33% de participação), Construtora GMO Ltda. (33,33% de participação), Wet'n Wild Método Operadora de Parques Aquáticos Ltda. (50% de participação) e Serra Azul Fundo de Investimento em Participações (aquisição de ações da Serra Azul Water Park S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
 (Valores expressos em milhares de Reais)

2.3.15. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)
 A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.
 Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de impairment. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.
2.3.16. Conversão em moeda estrangeira
 As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais de acordo com as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, com exceção do patrimônio líquido, no qual o capital social é convertido pela taxa cambial histórica e a reserva de lucros é convertida pela taxa cambial média do ano.
2.3.17. Instrumentos financeiros
 Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (a) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.
Mensuração
 As movimentações envolvendo instrumentos financeiros são reconhecidas nas respectivas datas de negociação, ou seja, naquelas em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.
Ativos financeiros
a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
 Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente aqueles que são classificados como ativo circulante.
b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
 Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.
c) Empréstimos e recebíveis
 São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.
Passivos financeiros
 Representados por empréstimos e financiamentos, além de outros passivos financeiros, os quais, exceto pela conta corrente, são apresentados pelo valor original, acrescidos de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.
a) Método da taxa efetiva de juros
 O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
INSS a compensar	1.605	571	1.675	1.308
COFINS a compensar	8	80	5.257	3.457
PIS a compensar	12	17	866	357
CSLL a compensar	330	76	5.532	2.251
ISS	539	-	553	14
IRPJ a compensar	643	95	15.595	5.350
ICMS a compensar	-	-	566	1.660
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	7.675
Adiantamentos a funcionários	10	73	17	80
Aportes a consorciadas	-	-	10.671	5.757
Depósitos recursais	-	-	192	162
Retenções contratuais	-	-	-	-
Outros	1.101	1.510	2.641	2.433
(+) Total	4.248	2.422	43.565	30.504
Circulante	2.973	1.147	41.904	28.870
Não circulante	1.275	1.275	1.661	1.634

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
Investimentos				
Potencial Engenharia S/A	71.652	55.882	-	-
Serra Azul Fundo Investimento Participações	8.398	8.404	8.398	8.404
MCC Engenharia Ltda.	2.452	2.215	2.452	2.215
International Engineering S.A.	395	-	-	-
Wet'n Wild Método Operadora de Parques Aquáticos Ltda.	5	5	5	78
Outros investimentos avaliados ao custo de aquisição	623	624	623	624
	83.525	67.203	11.478	11.321
Provisão de passivo a descoberto de investidas				
Método Engenharia e Construção Ltda.	(6.075)	(6.273)	-	-
Construtora GMD Ltda.	(402)	(588)	(402)	(588)
Método Tecnologia Ltda.	(289)	(153)	-	-
International Engineering S.A.	-	(128)	-	-
	(6.766)	(7.172)	(402)	(588)
Total	76.759	60.031	11.077	10.733

2.3.18. Ajuste a valor presente
 Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento.
2.3.19. Demonstração dos fluxos de caixa
 As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
2.3.20. Resultado por ação
 O resultado por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, tendo como base a média ponderada do total de ações em circulação durante o exercício.
2.3.21. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)
 A Companhia possui programa de participação de empregados e administradores nos resultados (remuneração variável). O sistema de remuneração variável opera com indicadores de desempenho, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e, finalmente, por objetivos individuais.
2.3.22. Dividendos
 Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Em dezembro de 2012 a companhia não constituiu a provisão para distribuição de dividendos, pois, nessa data não havia nenhuma intenção de distribuir dividendos aos acionistas. Em julho/2013 através de Ata de Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado e aprovado, por unanimidade, a distribuição de dividendos apurados com base no balanço patrimonial encerrado em dezembro/2012 no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os acionistas decidiram não efetuar distribuição de dividendos e a replicação do resultado obtido no exercício na operação da Companhia.
2.4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
 A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.
 Contudo, a incerteza relativa a estas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
Estimativas e premissas
 As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.
• Reconhecimento das receitas
 As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o método de percentagem completada, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.
• Custos orçados
 Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e pelos custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia, de acordo com o método contábil utilizado.
• Impostos de renda e contribuição social diferidos
 A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.
• Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
 A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.
• Vida útil dos bens do imobilizado e intangível
 Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.3.9, 2.3.8 e 2.3.10, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
Controlladora				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	(6.405)	(2.759)	55.429	8.408
Aumento de capital	-	3.178	-	-
Aumento de capital	-	363	-	-
Distrib. de dividendos	-	-	(172)	-
Resultado da equivalência patrimonial:	-	(2.933)	453	168
Investimento	-	-	-	-
Reversão (prov.) p/ passivo a descoberto	132	-	-	-
Baixa participação	-	2.151	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	(6.273)	-	55.882	8.404
Distrib. de dividendos	-	-	(375)	-
Resultado da equivalência patrimonial:	-	-	7.817	369
Investimento	-	-	7.953	-
Reversão (prov.) p/ passivo a descoberto	198	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(6.075)	-	71.652	8.398

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
Outros investimentos avaliados ao custo de aquisição				
Total	624	624	624	624

2.3.23. Demonstração dos fluxos de caixa
 As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
2.3.20. Resultado por ação
 O resultado por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, tendo como base a média ponderada do total de ações em circulação durante o exercício.
2.3.21. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)
 A Companhia possui programa de participação de empregados e administradores nos resultados (remuneração variável). O sistema de remuneração variável opera com indicadores de desempenho, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e, finalmente, por objetivos individuais.
2.3.22. Dividendos
 Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Em dezembro de 2012 a companhia não constituiu a provisão para distribuição de dividendos, pois, nessa data não havia nenhuma intenção de distribuir dividendos aos acionistas. Em julho/2013 através de Ata de Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado e aprovado, por unanimidade, a distribuição de dividendos apurados com base no balanço patrimonial encerrado em dezembro/2012 no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os acionistas decidiram não efetuar distribuição de dividendos e a replicação do resultado obtido no exercício na operação da Companhia.
2.4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
 A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.
 Contudo, a incerteza relativa a estas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
Estimativas e premissas
 As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.
• Reconhecimento das receitas
 As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o método de percentagem completada, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.
• Custos orçados
 Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e pelos custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia, de acordo com o método contábil utilizado.
• Impostos de renda e contribuição social diferidos
 A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.
• Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
 A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.
• Vida útil dos bens do imobilizado e intangível
 Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.3.9, 2.3.8 e 2.3.10, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
Controlladora				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	8.408	(172)	201	2.096
Distrib. de dividendos	-	168	-	-
Resultado da equivalência patrimonial:	-	-	789	-
Reversão (prov.) p/ passivo a descoberto	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	8.404	(375)	(588)	2.215
Distrib. de dividendos	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial:	-	-	186	-
Reversão (prov.) p/ passivo a descoberto	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.398	(402)	2.452	2.452

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
Outros investimentos avaliados ao custo de aquisição				
Total	624	624	624	624

2.3.23. Demonstração dos fluxos de caixa
 As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
2.3.20. Resultado por ação
 O resultado por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, tendo como base a média ponderada do total de ações em circulação durante o exercício.
2.3.21. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)
 A Companhia possui programa de participação de empregados e administradores nos resultados (remuneração variável). O sistema de remuneração variável opera com indicadores de desempenho, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e, finalmente, por objetivos individuais.
2.3.22. Dividendos
 Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Em dezembro de 2012 a companhia não constituiu a provisão para distribuição de dividendos, pois, nessa data não havia nenhuma intenção de distribuir dividendos aos acionistas. Em julho/2013 através de Ata de Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado e aprovado, por unanimidade, a distribuição de dividendos apurados com base no balanço patrimonial encerrado em dezembro/2012 no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os acionistas decidiram não efetuar distribuição de dividendos e a replicação do resultado obtido no exercício na operação da Companhia.
2.4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
 A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.
 Contudo, a incerteza relativa a estas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
Estimativas e premissas
 As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.
• Reconhecimento das receitas
 As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o método de percentagem completada, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.
• Custos orçados
 Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e pelos custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia, de acordo com o método contábil utilizado.
• Impostos de renda e contribuição social diferidos
 A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.
• Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
 A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.
• Vida útil dos bens do imobilizado e intangível
 Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.3.9, 2.3.8 e 2.3.10, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
Controlladora				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	8.408	(172)	201	2.096
Distrib. de dividendos	-	168	-	-
Resultado da equivalência patrimonial:	-	-	789	-
Reversão (prov.) p/ passivo a descoberto	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	8.404	(375)	(588)	2.215
Distrib. de dividendos	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial:	-	-	186	-
Reversão (prov.) p/ passivo a descoberto	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.398	(402)	2.452	2.452

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
Outros investimentos avaliados ao custo de aquisição				
Total	624	624	624	624

2.4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
 A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.
 Contudo, a incerteza relativa a estas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
Estimativas e premissas
 As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.
• Reconhecimento das receitas
 As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o método de percentagem completada, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.
• Custos orçados
 Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e pelos custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia, de acordo com o método contábil utilizado.
• Impostos de renda e contribuição social diferidos
 A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.
• Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
 A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.
• Vida útil dos bens do imobilizado e intangível
 Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.3.9, 2.3.8 e 2.3.10, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				(reapresentado)
Controlladora				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	8.408	(172)	201	2.096
Distrib. de dividendos	-	168	-	-
Resultado da equivalência patrimonial:	-	-	789	-
Reversão (prov.) p/ passivo a descoberto	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de Reais)

c) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Despesas				
Gastos com pessoal	(17.563)	(10.874)	(31.629)	(19.275)
Serviços contratados - pessoa jurídica	(11.694)	(8.428)	(23.095)	(17.607)
Aluguéis	(2.397)	(1.564)	(2.397)	(1.564)
Processos trabalhistas e cíveis	(172)	(242)	(182)	(263)
Telefone e telecomunicações	(1.898)	(1.268)	(1.898)	(1.268)
Depreciação e amortização	(1.058)	(957)	(1.769)	(2.133)
Outras despesas administrativas	(5.751)	(1.026)	(5.957)	(1.072)
Total	(40.533)	(24.359)	(66.927)	(43.182)

d) Resultado financeiro (receitas e despesas financeiras)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	409	182	712	552
Descontos obtidos	55	21	745	136
Juros ativos	103	431	184	473
Outras receitas	26	255	33	282
Total - receitas financeiras	593	889	1.674	1.443
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(2.936)	(3.766)	(7.587)	(4.693)
Descontos concedidos	(36)	-	(184)	(448)
Outras despesas financeiras	(397)	(1.294)	(2.456)	(2.465)
Total - despesas financeiras	(3.369)	(5.060)	(10.227)	(7.606)
Resultado financeiro	(2.776)	(4.171)	(8.553)	(6.163)

e) Recebíveis precatórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Precatórios				
Acréscimos de órgãos governamentais	-	1.702	-	1.702
Atualização monetária	-	62.104	-	62.104
Provisão	-	(52.885)	-	(52.885)
Total	-	10.921	-	10.921

b) Impostos diferidos

A Companhia possui a seguinte base para ajustes fiscais a realizar, em decorrência da legislação fiscal em vigor:

Bases para ajustes fiscais apuradas - lucro real (LALUR)	Valor
Natureza ativa	
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	221
Despesas a serem excluídas na apuração de resultados fiscais subsequentes	29.827
Total da base de natureza ativa	30.048
Natureza passiva	
Receita diferida contratos com órgãos públicos	109.538
Total da base de natureza passiva	109.538

Em decorrência das bases para ajustes fiscais relacionados ao "lucro real" mencionadas, devidamente apuradas e escrituradas nos termos das disposições legais vigentes, foram contabilizados os correspondentes efeitos tributários (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos), conforme a seguir indicados:

Ativo diferido (25% e 9% sobre R\$ 30.048)	Controladora	
	Imposto de renda	Contribuição social
IRPJ	7.512	-
CSLL	-	2.704
Total	7.512	2.704

Passivo diferido

IRPJ diferido	27.385	-	27.385
CSLL diferido	-	9.858	9.858
Total	27.385	9.858	37.243

Passivo Diferido

Saldo em 31/12/2011	Consolidado	
	IR Diferido	CSLL Diferida
Adição	2.258	813
Realização	(2.258)	(813)
Saldo em 31/12/2012	2.286	823
Adição	-	-
Realização	(2.286)	(823)
Saldo em 31/12/2013	-	-

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.2, o valor do Passivo diferido de R\$ 37.243 é constituído sobre a Receita Diferida referente os Precatórios a Receber.

20. Remuneração da Administração

A remuneração da Administração, durante o exercício de 2013, foi de R\$ 1.741 mil, e no exercício de 2012, foi de R\$ 701 mil.

21. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco financeiro é realizada pela área financeira da Companhia a qual identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de investimentos em empresas controladas, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e os financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos de forma atrelada à variação do CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

a.2) Risco de crédito

A Administração da Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a suas contas a receber, a Administração da Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base de clientes já recorrentes e de análises de crédito preliminar dos potenciais clientes.

a.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

c) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2013, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

22. Lucro/(prejuízo) por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31/12/2013 e 31/12/2012.

O cálculo de lucro/prejuízo por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo do exercício), atribuído aos detentores de ações da controladora, pela quantidade média ponderada de ações verificada durante o exercício:

	Controladora	
Lucro por ação	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	24.295	16.743
Quantidade média ponderada de ações	804.150	804.150
Lucro/(prejuízo) por lote de mil ações - R\$	30,21	20,82

23. Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

Contador: FABIO PEREIRA DA SILVA - CRC 1SP174206/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos:
Acionistas e Administradores da
Método Engenharia S/A - São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Método Engenharia S/A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de

riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.
Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013, conforme Nota Explicativa nº 4.2, a Companhia possuía créditos (precatórios) a receber de entidades públicas, oriundos de serviços prestados pela Companhia controladora, em exercícios anteriores, no valor total de R\$ 80.953 mil, integralmente registrados no ativo não circulante da controladora e do consolidado (R\$ 80.953 mil em 31/12/2012). Nas atuais circunstâncias, não nos foi possível avaliar quando efetivamente esses precatórios serão realizados pela Companhia, tendo em vista as incertezas inerentes à tramitação legal e burocrática desse assunto, bem como os respectivos impactos, se houver, para a situação patrimonial e financeira da Companhia.
Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Método Engenharia S/A, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.3.1, em decorrência da mudança de política contábil envolvendo a contabilização de controladas, coligadas e de empreendimentos em conjunto de acordo com o CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e o CPC 19 (R2)/ IFRS 11, os valores correspondentes, consolidados, referentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.
Outros assuntos
As demonstrações contábeis individual e consolidada, antes dos ajustes de mudança de prática contábil, da Companhia referente ao exercício findo em 31 de março de 2012 apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós e emitimos em 17 de maio de 2013 opinião com ressalva sobre assunto similar ao mencionado no tópico "base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis" de 31 de dezembro de 2013 e ressalva sobre o fato da Companhia não ter reconhecido no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 o dividendo mínimo obrigatório a pagar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do seu estatuto social, no valor de R\$ 3.976 mil, assunto este resolvido em 2013 com a decisão unânime dos acionistas de aprovarem a retenção dos lucros apurados no exercício para reinvestimento nas operações da Companhia.
São Paulo, 09 de maio de 2014.

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC TSP-208.108/O-1